



ÍNDICE DE MATÉRIAS

§ 1

A IMPORTÂNCIA DA TUTELA JURÍDICA TEMPORÁRIA NA REALIDADE DO DIREITO

I – Âmbito “clássico de aplicação”	11
II – Expansão do âmbito de aplicação na legislação e jurisprudência	12
III – As razões para esta expansão	15
IV – Necessidade de uma reflexão sistemática e dogmática	18

§ 2

TENTATIVA DE CLASSIFICAÇÃO DAS MEDIDAS DE TUTELA JURÍDICA TEMPORÁRIA

I – Ligações com as várias jurisdições	19
II – Tutela jurídica temporária primária ou antecedente – Tutela jurídica temporária secundária ou incidente	21
III – Casos de tutela jurídica temporária, primária e antecedente	23
IV – Casos de tutela jurídica temporária secundária e incidente	25
V – Resumo	29

§ 3

A TUTELA JURÍDICA TEMPORÁRIA E O DIREITO MATERIAL

I – O direito processual aplicável	30
II – A tutela jurídica temporária e o direito material: posição do problema	31

III – A tutela jurídica temporária secundária e o direito material	34
IV – A tutela jurídica temporária primária e o direito material	38
1. O arresto	38
2. A medida cautelar de caráter assecurativo, segundo o § 935 do ZPO	41
3. A medida cautelar de caráter regulador, segundo o § 940 do ZPO	44
4. O provimento temporário, segundo o § 123 do VwGO	53

§ 4

AS MEDIDAS DE TUTELA JURÍDICA TEMPORÁRIA

I – As medidas da tutela jurídica temporária secundária	65
II – As medidas da tutela jurídica temporária primária	67
1. As medidas de arresto	67
2. As providências da medida cautelar assecurativa, segundo o § 935 do ZPO	70
3. As providências de medida cautelar reguladora, segundo o § 940 do ZPO	75
4. As providências de ordenação temporária segundo o § 123 do VwGO	86

§ 5

PEDIDO E PROVIDÊNCIA

I – Pedido e sentença no processo ordinário	89
II – Pedido e providência na tutela jurídica temporária secundária	94
III – Pedido e providência na tutela jurídica temporária primária	96
1. Arresto	96
2. A medida cautelar	99
3. O provimento temporário no processo administrativo	105

§ 6

LITISPENDÊNCIA E COISA JULGADA

A) Observações preliminares	107
I – Delimitações em relação à necessidade de proteção jurídica	107
II – Relação entre processo principal e procedimento de tutela jurídica temporária	109
B) A litispendência	114
I – Extensão e efeito	115
II – Renovação do pedido de medida provisória indeferida, ainda não transitada em julgado	118
III – Conclusão	120
C) A coisa julgada	120
I – Recusa genérica da coisa julgada	120
II – A repetição de pedido denegado, formalmente transitado em julgado	122
III – A coisa julgada material da medida temporária provida	127
D) Excurso: o objeto do litígio no âmbito da tutela jurídica temporária primária	134

§ 7

O RISCO INERENTE À PROTEÇÃO JURÍDICA TRANSITÓRIA

A) Observação preliminar	137
I – O risco da proteção judicial temporária para a administração da justiça	137
II – Os fundamentos legais da responsabilidade decorrente de medidas da tutela jurídica temporária	140
B) O risco da tutela jurídica temporária primária	142
I – A responsabilidade prevista na segunda alternativa do § 945 do ZPO	142
II – A responsabilidade por medidas injustificadas	143
1. Injustificada desde o início	144
2. A vinculação do juiz da indenização a outras decisões	145

3. Natureza jurídica, conteúdo e extensão da pretensão à reparação do dano	148
4. Conclusões	152
III – Aplicação analógica do § 945 do ZPO	153
IV – Obrigação de indenizar no âmbito das ordenações tempo- rárias segundo o § 123 do VwGO	155
C) O risco da tutela jurídica temporária secundária	156
I – Observação preliminar	156
II – A causa jurídica da responsabilidade segundo o § 717, inc. 2, do ZPO	157
III – Conteúdo e extensão da pretensão ao ressarcimento	159
IV – Aplicação analógica do § 717, inc. 2 e 3, do ZPO	165
V – Obrigação de indenizar no âmbito da tutela jurídica tem- porária secundária, no processo administrativo	169
 Resumo das conclusões	 171
 Índice Remissivo	 181

